

JORGE CARVALHO ARROTEIA *

ASPECTOS RECENTES DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

1 BREVE NOTA SOBRE A EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Ainda que de forma bastante resumida, a apresentação do fluxo emigratório português na actualidade não deve esquecer algumas das suas características mais remotas. A primeira das quais advém da persistência deste movimento que se pode assinalar como «uma constante estrutural» (Godinho, 1978) desde a primeira metade do século XV, quando os portugueses iniciaram a colonização das ilhas do Atlântico (Açores e Madeira) com colonos oriundos do Algarve e do Noroeste de Portugal — região de Entre Douro e Minho. Aos quais se juntaram, a partir da 2.ª metade desse século habitantes de outras nacionalidades, em particular de «bretões e de flamengos» (Serrão, 1977: 101).

No decurso das décadas seguintes este movimento alastrou aos territórios então descobertos da Costa Africana, do Oceano Índico e ao Continente Sul Americano (Brasil), originando perdas significativas da população portuguesa. Como se compreende, se atendermos ao número elevado de indivíduos — cerca de 3 500/ano — que durante a 2.ª metade desse século terão saído do país, em particular para o Brasil (Godinho, 1978: 8). Movimento esse que a partir dos finais do século XVII se terá intensificado, devido às descobertas das minas de ouro nesse território.

O interesse pelas saídas para o Brasil, que em algumas regiões de Portugal se assemelhou a um verdadeiro êxodo, pode ser avaliado pelo número de partidas anuais — entre 8 000 e 10 000 — registadas durante os dois primeiros terços do sé-

* Professor Auxiliar da Universidade de Ayeiro.

culo XVIII (*Idem*: 9). Ou já no começo do século seguinte quando, perante a ameaça das invasões francesas, a coroa portuguesa se transferiu para aquele território.

Do mesmo modo, após a independência deste país e a abolição da escravidão (em 1888), o Brasil deparou com grandes carências de mão-de-obra, compensadas, em parte, por um recrutamento maciço de novos emigrantes nas regiões do Norte e do Centro de Portugal, ou já nos Açores e na Madeira.

Bastante elevado foi ainda este movimento durante a primeira década do nosso século (40 982 emigrantes em média, entre 1900 e 1913, contra 25 266 entre 1896 e 1899), para se reduzir durante o 1.º conflito armado (Guerra de 1914-18) e, sobretudo, na década de trinta, quando o Brasil impôs certas restrições à entrada de novos trabalhadores e suspendeu o envio de remessas, a partir de 1931.

Só, finalmente, a partir da 2.ª metade do nosso século é que este movimento voltou a intensificar-se, com destino não só aos países do Continente Norte Americano, mas para a Europa — França e Alemanha. Uma consequência, aliás, das carências de mão-de-obra não especializada que se fizeram sentir no Ocidente Europeu, após o 2.º conflito armado, e do alargamento da área de recrutamento dos trabalhadores emigrantes a outros países da Europa mediterrânica, que não só à Itália e à Espanha, mas ainda a Portugal e a outros países, quer da Europa meridional, quer do Continente Norte Africano.

2. OS DESTINOS DESTE MOVIMENTO

Como referimos, um dos principais destinos da emigração portuguesa foi, durante séculos, o Brasil. País que desde os finais dos anos vinte tem vindo a receber um número cada vez mais reduzido de portugueses: cerca de 10 000 entre 1970 e 1982, ou seja apenas 2,3% do movimento legal registado nesse período (Quadro I).

Tal facto contrasta com o que se verificou no começo do nosso século, dado que, entre 1900 e 1914, mais de 2/3 daquelas saídas foram encaminhadas para este país. O qual, somente em 1907, absorveu mais de 90% dos quase quarenta mil emigrantes legais registados nesse ano.

Percentagem idêntica foi ainda a que se verificou entre 1933 e 1941 — mais de 95% das cerca de quatro dezenas de milhar de saídas contabilizadas nesse período. Valor que se veio a reduzir desde então, para a partir do começo dos anos sessenta (1963), ser definitivamente ultrapassado pelas saídas

QUADRO I
EMIGRAÇÃO LEGAL

Período	Emigração total	Brasil	Venezuela	E. U. A.	Canadá	R.F.A.	França
1900	1.074.743	756.796	—	169.655	—	—	—
1929							
1930	200.929	146.390	—	11.372	—	—	—
1949							
1950	342.928	237.327	36.236	16.193	14.189	30	14.724
1959							
1960	646.962	73.267	37.318	66.674	50.405	47.317	329.050
1969							
1970	437.125	9.777	39.843	94.568	62.807	87.600	94.919
1982							
1900	2.702.687	1.223.557	113.397	358.462	127.401	134.947	438.693
1982							

QUADRO II
CONTRIBUTO DE CADA DISTRITO EM RELAÇÃO
A EMIGRAÇÃO TOTAL (1955-74)
(Val. em percentagens)

	Brasil	E.U.A.	França	R.F.A.	Total
Aveiro	11.2	17.6	5.5	4.8	9.0
Beja	0.1	0.3	1.4	4.8	1.7
Braga	8.2	1.8	14.0	9.3	10.3
Bragança	10.9	0.4	3.9	3.7	4.5
C. Branco	1.8	0.9	7.8	1.9	4.8
Coimbra	6.3	3.7	3.5	3.1	4.1
Évora	0.1	0.1	0.6	1.3	0.6
Faro	0.6	2.8	4.0	5.5	4.0
Guarda	8.1	8.0	7.5	1.8	6.1
Leiria	3.8	11.1	10.9	9.0	8.9
Lisboa	4.5	18.5	5.7	17.5	9.9
Portalegre	0.2	0.2	0.4	0.5	0.4
Porto	12.4	2.7	10.4	12.2	10.8
Santarém	2.1	2.3	6.3	3.0	4.4
Setúbal	0.6	2.5	1.5	5.4	2.3
V. Castelo	4.9	5.9	8.4	1.1	6.0
Vila Real	9.2	14.4	3.9	4.1	5.1
Viseu	15.0	6.8	4.3	11.0	7.1

(Arroteia, 1983: 102-103).

para a França. País que desde os finais do século passado havia começado a receber emigrantes portugueses, dando assim origem a um movimento que se incrementou depois da primeira grande guerra, após a participação do exército português, naquele conflito armado.

Embora sentida praticamente em todo o país, as saídas para o Brasil foram ainda significativas (entre 1955 e 1974) em alguns dos distritos do Norte e do Centro do Continente, — Viseu Porto, Aveiro, Vila Real e Bragança — (89 231 emigrantes no seu conjunto), de onde saíram, entre 1955 e 1974, mais de 60% dos emigrantes, com destino às terras do Brasil (Quadro II).

Ainda dentro deste grupo da emigração transoceânica, devemos realçar as saídas para os E.U.A. — bastante consideráveis no começo do nosso século ou já no começo dos anos sessenta e para o Canadá ou mesmo para a Venezuela, verificadas recentemente. Onde se pode notar, uma maior frequência pelas saídas com destino aos E.U.A. nos distritos de Aveiro, Lisboa, Bragança e Vila Real, e para a Venezuela, principalmente no distrito de Aveiro.

Contudo as maiores preferências para estes países foram registadas nos Açores (Canadá e E.U.A.) e na Madeira (África do Sul e Venezuela), regiões onde a emigração para a Europa foi praticamente desconhecida (Quadro III). Ao contrário do que se verificou no Continente, onde as partidas para a França, a Alemanha, a Bélgica, o Luxemburgo e outros países da Europa, foram extensivas a todo o território.

Embora referindo os dados da emigração legal, não deixamos de realçar que, entre 1955 e 1974, o maior número de saídas para França registou-se nos distritos de Braga — 59 316

QUADRO III

DISTRIBUIÇÃO DA EMIGRAÇÃO POR REGIÕES DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO (1955-77)

(Val. em percentagens)

	A. Sul	Can.	E.U.A.	Brasil	Venez.	R.F.A.	França	Total
Continente	66,5	38,2	43,0	90,0	42,2	99,9	99,7	79,7
Açores	0,2	60,6	56,0	0,8	0,4	—	—	13,3
Madeira	33,3	1,2	1,0	9,2	57,4	—	0,3	7,0
Total de Emigrantes (100%)	22.913	112.901	143.215	172.185	82.628	132.768	429.113	1.157.048

emigrantes, de Leiria — 45 861, do Porto — 43 900, e de Viana do Castelo — 35 467 emigrantes.

O mesmo sucedendo com a emigração para a R.F.A., que foi ainda relevante em todo o sul do Continente — em particular no Alentejo — contrariamente ao que se havia verificado na emigração transoceânica, onde as saídas oriundas desta região foram pouco significativas.

3. APRESENTAÇÃO DE ALGUMAS CARACTERÍSTICAS

Conhecido, desde longa data, o predomínio da emigração masculina — cerca de 60% dos emigrantes legais entre 1960 e 1982 — as saídas de indivíduos do sexo feminino têm sofrido algumas alterações devido, sobretudo, à intensificação do reagrupamento familiar. O qual terá sido particularmente significativo durante a 2.^a metade da década de sessenta, ou já depois de 1974. Sendo, no primeiro caso, justificado pelo incremento da emigração total (legal e clandestina) e no segundo, pelas restrições impostas à entrada de novos trabalhadores emigrantes, adoptadas pela maior parte dos países de emigração.

Contudo, se compararmos os dados referentes ao movimento intra-europeu com os do transoceânico, logo se verifica que a percentagem dos indivíduos do sexo masculino representou, no primeiro caso, mais de 65% desse total, contra cerca de 51% no segundo (Quadro IV). Facto que de algum modo poderá ser interpretado como indicativo do carácter definitivo de emigração transoceânica, em detrimento do carácter temporário da emigração para a Europa.

QUADRO IV
COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO (1955-77)

	Mov. In- tra- -Europeu	Mov. Trans- Oceânico	Total
N.º de Emigrantes	598.616	561.291	1.159.907
% do sexo masculino	66,1	50,9	58,8
de 10 e mais anos *	490.439	417.337	907.776
c/ act. económica			
Sector I	26.3	24.5	25.5
Sector II	31.7	10.0	21.7
Sector III	7.2	8.9	7.9
s/ act. económica	34.8	56.6	44.9

(*) São desconhecidos os valores referentes a 1976 e 1977

Do mesmo modo convirá notar o predomínio da população jovem e jovem adulta — mais de 90% dos emigrantes registados entre 1955 e 1975, tinham menos de 44 anos e 36,8% menos de 19 anos — características próprias da emigração de «trabalho».

Do mesmo modo, poderemos assinalar a larga percentagem de população analfabeta — cerca de 13% das saídas legais verificadas entre 1955 e 1977 — e, sobretudo, o grande número de indivíduos ocupados no Sector I, ou mesmo sem qualquer actividade económica, que engrossaram este caudal emigratório. No primeiro caso, cerca de 1/4 da emigração oficial, e quase metade, no segundo. Valores estes que, referindo-se apenas à emigração legal, ganhariam outro significado se fosse possível compará-los com os da emigração clandestina, registada durante o mesmo período. Já que, praticamente desconhecida até aos anos sessenta, este tipo de movimento superou, durante os anos de 1969, 1970 e de 1971 (291 000 emigrantes clandestinos só para França) as saídas legais, representando entre 1960 e 1974, mais de 36% da emigração total portuguesa.

4. PERSPECTIVAS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA DEPOIS DE 1974

Tendo assinalado algum dos aspectos mais relevantes deste movimento até ao começo da década de setenta, interessa ainda considerar algumas das suas características registadas desde essa data. Marcada a nível externo pelas medidas de suspensão da imigração, adaptadas primeiramente pela RFA (1973) e pela França (1974), e depois pela quase totalidade dos países, quer do Ocidente Europeu, quer do Continente Americano. Daí que se tenha assistido a uma redução das partidas — 20 782 emigrantes legais em média entre 1974 e 1982, contra 74 617 entre 1965 e 1974. Por este motivo as perdas da população portuguesa, que entre 1960 e 1970, orçaram quase 230 000 indivíduos, deixaram de ser tão intensas, tendo-se verificado só no Continente, um aumento global da ordem dos 1,2 milhões de habitantes, entre aquela última data e 1981.

Mesmo assim, o fenómeno emigratório não deixou de se continuar a verificar quer sob a forma clandestina, quer pela procura de outros destinos. Assim, entre 1974 e 1982, a emigração legal superou as 187 034 saídas, tendo os emigrantes clandestinos, regularizados somente em França, no mesmo período, ultrapassado a centena de milhar.

E face às dificuldades crescentes de obtenção (ou manutenção) de um posto de trabalho em países da Europa, assistiu-

-se a uma diversificação dos destinos para outros Continentes ou eventualmente a procura de novas possibilidades, sob a forma de emigração temporária. Em particular para aquele país ou mesmo para a Suíça, um dos principais países da Europa que, na actualidade, continua a acolher, sobretudo no sector turístico e hoteleiro, um número significativo de emigrantes portugueses, oriundos não só dos distritos mais densamente povoados do Nordeste mas também de outras áreas do território (Quadro V).

QUADRO V
EMIGRAÇÃO TEMPORÁRIA * (1976-82)

Países	N.º de Emig.
Andorra	20
Canadá	2
França	18.420
Inglaterra	230
Líbia	45
Liechtenstein	8
Luxemburgo	905
Suíça	14.410
Total	34.040

(*) Valores provisórios.

Cerceadas, depois de 1974, algumas das expectativas sobre o devir deste movimento, interessará ainda notar a sua importância como fonte de divisas e o facto de continuar ligado a certas preocupações quanto ao regresso ou aos problemas das comunidades emigrantes.

Quanto ao primeiro caso, o montante das remessas de emigração — que no ano de 1970 atingiu os 14,3 milhões de contos, ultrapassou em 1980 os 146 milhões, contribuindo decisivamente para minimizar os desequilíbrios da balança de transacções correntes. Podendo no entanto assinalar-se que «as preocupações até agora evidenciadas pelas autoridades económicas, com vista à participação dos emigrantes na vida económica nacional, têm-se limitado à utilização das suas remessas» (Ferreira, 1984), cujos efeitos se têm feito sentir, principalmente a nível regional, quer sob a forma de consumo, quer de investimentos (em bens fundiários, ou no pequeno comércio e indústria).

Conhecidas também algumas preocupações quanto à capacidade de absorção, registada nos próximos anos nos países da Europa ocidental, em particular na C.E.E. (Stall *et al.*, 1984: 23-30), e ainda as tendências para o regresso (Silva *et al.*, 1984), consequentes ao termo de «ciclo da emigração» (de acordo com o projecto individual ou forçado do emigrante), não podemos deixar de assinalar uma outra faceta deste movimento, referente à situação das comunidades emigrantes. Relativa não às condições de alojamento, de trabalho, ou de segregação a que estão sujeitas, mas às questões do ensino dos emigrantes da 2.^a geração. No que concerne, não só à escolarização em língua estrangeira, mas ainda quanto à frequência dos cursos de Língua e Cultura Portuguesa, cuja divulgação somente na década de setenta sofreu um considerável impulso. Uma consequência, aliás, do reagrupamento familiar, fenómeno que se havia intensificado no decurso da década anterior.

Contudo só uma parcela reduzida da população portuguesa em idade escolar frequenta esses cursos, cujo montante, em 1982/83, terá ultrapassado, nos vários países da Europa, da América e dos Continentes Africano e Australiano, os 104 000 (Qua-

QUADRO VI

ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS DE LÍNGUA
E CULTURA PORTUGUESA (1982-83)
(Ensino Primário e Secundário)

Continente	País	Total de alunos
América do Norte	Canadá	6.307
	E. U. A.	4.707
América do Sul	Venezuela	842
	Argentina	54
	Outros Países	163
África	R. S. Africana	2.934
	Outros Países	190
Austrália		724
Europa	Bélgica	931
	Holanda	968
	Inglaterra	896
	Luxemburgo	3.457
	R. F. A.	12.794
	Suiça	711
	França	68.402
	Outros Países	18
Total		104.098

dro VI). Montante pouco significativo quando o comparamos, não só com os totais da emigração registados nas últimas décadas, mas com a dimensão das comunidades portuguesas, aí residentes.

Acentuando, nestas circunstâncias, as muitas carências que afectam não só o ensino da Língua e da Cultura Portuguesa, mas a sua divulgação não só nos países de imigração recente mas ainda em muitos outros, ligados por determinados laços históricos e culturais, à civilização lusíada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arroteia, Jorge Carvalho (1983), *A Emigração Portuguesa: suas origens e distribuição*, Lisboa, Inst. de Cultura e Língua Portuguesa.
- Arroteia, Jorge Carvalho (1984), *Os Ilhavs e os Murtoseiros na emigração portuguesa*. Aveiro, ADERAV.
- Ferreira, Eduardo de Sousa (1984), *Reintegração dos Emigrantes Portugueses*, Lisboa, C.E.D.E.P..
- Godinho, Vitorino Magalhães (1978), «L'emigration portugaise (XV, XX e Siècles), une constante structurale et les reponses aux changements du monde», *Revista de História Económica e Social*, caderno 1.
- Serrão, Joel (1977), *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Stall, H. M. et al., (1984), *Perspectivas da Emigração Portuguesa para a C. E. E. — 1980/1990*, Lisboa, Moraes Editores/I.E.D.
- Silva, M. et al. (1984), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, I.E.D..